



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Termo nº 83/2021.

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CMDCA E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL “ASSOCIAÇÃO LAR ESPÍRITA CASA DE CARIDADE PADRE CÍCERO”, OBJETIVANDO MÚTUA COOPERAÇÃO PARA ATENDIMENTO A AÇÕES COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL NO REGIME DE APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO, NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL BÁSICA POR MEIO DE SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV – OFICINA DE CONVIVÊNCIA E APRENDIZAGEM, NOS TERMOS DA LEI 8.069/1990 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COLABORAÇÃO (FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)

Dos Partícipes

A *Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto*, com sede na Praça Barão do Rio Branco s/nº, Ribeirão Preto, SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 56.024.581/0001-56, de acordo com a determinação do Decreto nº 262 de 14 de setembro de 2017, neste ato, representada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, **Renata Corrêa Gregolfo**, portadora do RG nº 20.406.441-7 e CPF nº 164. 051.328-03, doravante denominada SECRETARIA e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representado pela Presidente **Sílvia Helena Sartorato Balbino de Souza**, portadora do RG nº 16.441.264-5 e CPF nº 074.585.998-47 e a OSC “**Associação Lar Espírita Casa de Caridade Padre Cíceró**” inscrita no CNPJ/MF nº 54.925.979/0001-38, com sede na Avenida Barão do Bananal nº 492, neste ato representada por seu Presidente a Sr. **Leonel Xavier de Souza**, RG nº 23.386.089-3 e CPF nº 178.290.438-76, doravante denominada simplesmente OSC, devidamente inscrita junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devidamente autuados no **Processo Digital nº 2021/110904**, obedecendo aos termos da Lei 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, nos termos da **autorização** concedida na Lei Municipal nº 2.616/2013 e nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto nº 48/2017, com o objetivo de desenvolver serviços, programas ou projetos voltados à promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, em consonância com as políticas públicas da criança e do adolescente no âmbito municipal, com recursos alocados no Fundo Municipal da Criança e do Adolescente celebram o presente termo de colaboração ou fomento mediante as cláusulas e condições abaixo relacionadas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Constitui objeto deste Termo de Colaboração atendimento a ações com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social no regime de apoio socioeducativo em meio aberto, na política pública de assistência social em proteção socioassistencial básica por meio de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – SCFV



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

– Oficina de Convivência e Aprendizagem, nos termos do Plano de Trabalho apresentado pela OSC, que passa a fazer parte do presente processo administrativo.

A parceria é firmada através de chamamento público.

Cláusula Segunda – Das Obrigações da Prefeitura

2.1. Transferir recursos orçamentários, conforme disposto na Lei Municipal nº 14.523, de 22 de dezembro de 2020, mediante disponibilidade financeira e cronograma de desembolso financeiro, conforme segue:

- Repasse do Governo Municipal (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente):

- Número de atendidos: **50 crianças e adolescentes**.

- Valor Mensal: 1^a a 8^a parcela de R\$ 4.416,67 (quatro mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos) e da 9^a a 12^a parcela de R\$ 4.416,66 (quatro mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos).

- Valor Total do repasse: **R\$ 53.000,00** (cinquenta e três mil reais).

2.2. Dar ciência à OSC, através da SECRETARIA/CMDCA, das normas e procedimentos técnicos e operacionais que regem a execução do serviço, objeto do Termo de Responsabilidade assinado entre o Município;

2.3. Assessorar tecnicamente, supervisionar e fiscalizar, através da SECRETARIA, a implantação e o desenvolvimento do objeto do presente termo;

2.4. Recomendar e participar da montagem e execução de treinamentos a fim de otimizar a execução do objeto;

2.5. Proceder à suspensão das parcelas de repasse dos recursos financeiros, que deverá perdurar até que as irregularidades sejam sanadas, observando o prazo máximo de cinco dias úteis para regularização das pendências, nos seguintes casos:

2.5.1 quando verificadas inexatidões no cumprimento do objeto do presente termo;

2.5.2 quando do não cumprimento dos prazos pré-estabelecidos em cláusula 8.1.1, que trata da Prestação de Contas;

2.5.3. quando não apresentado mensalmente o relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas e relação nominal dos atendidos nos prazos pré-estabelecidos em cláusula 8.1.1;

2.6. Examinar e aprovar as prestações de contas no tocante à aplicação dos recursos do presente termo, que deverão ser prestadas de acordo com a legislação pertinente;

2.7. Prorrogar de “ofício” a vigência do Termo de Colaboração/Fomento, antes do término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei 13.019/2014.

Cláusula Terceira – Das Obrigações da OSC

3.1. Executar o projeto aprovado no Plano de Trabalho, nos termos da cláusula primeira do presente ajuste;

3.2. Manter os padrões de quantidade e qualidade das atividades desenvolvidas, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais indicadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e das Resoluções oriundas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ribeirão Preto.

3.3. Aplicar, integralmente, os recursos financeiros repassados pela PREFEITURA/CMDCA no desenvolvimento do objeto do presente ajuste, conforme especificado na CLÁUSULA SEGUNDA;



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

3.4 Atender os usuários e/ou seus familiares sem a exigência de qualquer tipo de contrapartida financeira ou em bens, quando da utilização do serviço;

3.5 Atender os usuários de forma continuada, permanente e planejada, sem interrupção do serviço no decorrer do ano;

3.6. Prestar contas à PREFEITURA/CMDCA, nos moldes do Decreto Municipal 048 de 30 de janeiro de 2017, sujeitando-se às penalidades cabíveis em caso de inadimplemento da presente obrigação;

3.7 Apresentar **mensalmente** à SECRETARIA/CMDCA as seguintes informações:

I - extrato da conta bancária onde os recursos foram movimentados, tanto da conta corrente, quanto da conta de aplicação, se houver;

II – Documentos de comprovação das despesas conforme disposto no artigo 39 do presente Decreto.

III - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS.

IV – Relatório emitido pela OSC, conforme modelo disponibilizado por cada Secretaria celebrante da parceria.

3.8 Apresentar **quadrimestralmente** à SECRETARIA/CMDCA as seguintes informações:

I - relatório quadrimestral de execução financeira com o demonstrativo das receitas e despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos no período, aplicadas no objeto da parceria, conforme modelo previsto nas Instruções do TCE-SP.

II - relatório quadrimestral sobre a execução do objeto da parceria, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados quantitativos e qualitativos alcançados, conforme conteúdo mínimo do Decreto Municipal 048, de 30 de janeiro de 2017.

3.9 Apresentar **anualmente** à SECRETARIA/CMDCA as seguintes informações:

I - comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

II - extrato da conta bancária específica onde os recursos foram movimentados;

III – conciliação bancária final da conta de movimentação dos recursos, e da conta aplicação se houver;

IV – cópia do Balanço Patrimonial (BP), da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e do Balancete Analítico cumulado da OSC referente ao exercício encerrado, identificando separadamente a contabilização dos recursos recebidos, assinados pelo contador responsável;

V - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

VI - na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com os recursos recebidos, prova da realização do respectivo registro contábil;

VII - certidão contendo os nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da OSC, forma de remuneração, períodos de atuação com destaque para o dirigente responsável pela administração dos recursos recebidos à conta do termo de colaboração/fomento;

VIII - Certidão ref. a regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas no período de execução da parceria.

IX – demais declarações atualizadas previstas no artigo 21 do Decreto Municipal 048, de 30 de janeiro de 2017, utilizados como requisitos de habilitação.

3.10 Manter recursos humanos, materiais e equipamentos compatibilizados com as



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

atividades desenvolvidas para fins da realização do objeto do presente termo;

3.11 Manter a contabilidade, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos, bem como a relação nominal dos atendidos, atualizados e em boa ordem, sempre à disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo e da Secretaria Municipal de Assistência Social, de forma a garantir o acesso às informações da correta aplicação dos recursos financeiros recebidos, sendo a responsável exclusiva para o gerenciamento administrativo e financeiro da parceria.

3.12 Assegurar à Secretaria Municipal de Assistência Social, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e aos membros da Comissão de Monitoramento as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços objeto deste ajuste, inclusive com visitas in loco se julgado necessário;

3.13 Afixar, em suas dependências, em local de fácil visualização, as informações e orientações sobre os serviços prestados, garantindo à população amplas e iguais condições de acesso às atividades desenvolvidas.

3.14 Afixar placa indicativa da participação através de recurso do Município de Ribeirão Preto, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social/CMDCA, na entrada da OSC, em local visível, onde está sendo executado o projeto, conforme modelo cedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

3.15 Manter em sítio eletrônico e/ou rede social próprio da OSC as informações atualizadas acerca da parceria.

3.16 Participar de reuniões em rede setoriais e intersetoriais.

3.17 Caso autorizado no plano de trabalho, na hipótese da ocorrência de aquisição de equipamentos ou materiais permanentes com recursos da parceria, o bem deverá ser gravado com cláusula de inalienabilidade, e a OSC deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

3.18 Subsidiariamente às regras previstas no presente Termo de Colaboração/Fomento, a OSC deve tomar ciência sobre as demais regras estabelecidas na Lei Federal 13.019/2014, e no Decreto Municipal 048, de 30 de janeiro de 2017.

3.19 A OSC deverá indicar, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovem as despesas, inclusive nota fiscal eletrônica, o número do ajuste e identificação do órgão ou entidade a que se referem, além de apresentar a especificação detalhada do serviço prestado, e o local onde o serviço foi prestado.

3.20 A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da presente parceria pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas.

3.21 A OSC deverá movimentar os recursos financeiros recebidos em conta bancária específica em instituição financeira pública.

3.22 A OSC deverá efetuar os pagamentos a fornecedores e funcionários exclusivamente por meio de transferência eletrônica.

3.23 A OSC possui responsabilidade exclusiva pelo pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários, e de suas obrigações fiscais e comerciais, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública municipal;

Cláusula Quarta – Classificação da Dotação Orçamentária

Valor total do presente termo é de: **R\$ 53.000,00**
(cinquenta e três mil reais), aplicados em custeio através da dotação orçamentária municipal nº 02.10.43.08.243.10106.20016.03.500.0091 335039.



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Cláusula Quinta – Da Liberação dos Recursos

Os recursos de que trata a cláusula anterior serão repassados pela PREFEITURA à OSC, nos termos da Lei Municipal nº 2.616/2013, que institui o FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE e, de acordo com o cronograma financeiro estabelecido na CLÁUSULA 2ª do presente instrumento.

Cláusula Sexta – Da Fiscalização

6.1 A fiscalização e supervisão do presente termo ficarão a cargo da Comissão de Monitoramento e Avaliação designada pela Secretaria/Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.2 Fica designado pela Secretaria Municipal da Assistência Social/CMDCA como GESTORA DA PARCERIA, a Sra. **Gisele Cristina da Costa**, CPF nº 264.659.708-80, para que exerçam as atribuições previstas no Decreto Municipal 48 de 30 de janeiro de 2017, e na Lei Federal 13.019/2014.

6.3 Ficam designados pela Secretaria Municipal da Assistência Social/CMDCA como MEMBROS DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO DA PARCERIA como titulares: Viviane Aparecida Menegussi Mendes, Cristiani Rosa Brunes Fratucci, Fabiana Gomes Fernandes e como suplentes: Viviane Cristina Silva Cavallini, Crisângela Carloto Barros Araujo e Ana Cecília Silveira Rossato, para que exerçam as atribuições previstas no Decreto Municipal 048 de 30 de janeiro de 2017, e na Lei Federal 13.019/2014.

6.4 O monitoramento da parceria será executado conforme disposto no Capítulo VI do Decreto Municipal 048, de 30 de janeiro de 2017.

6.5 A OSC deve permitir livre acesso dos agentes da administração pública municipal, do controle interno e do Tribunal de Contas aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou de fomento, bem como aos locais de execução do objeto.

Cláusula Sétima – Do Prazo

O prazo de vigência do presente Termo é de **12 (doze) meses**, contados a partir de **15/07/2021** até **14/07/2022**, podendo ser prorrogado por interesse público, expressa e devidamente justificado, mediante termo aditivo, comprovada a existência de dotação orçamentária.

Cláusula Oitava – Da Prestação de Contas

8.1 A prestação de contas dos recursos referidos no presente Termo deverá ser apresentada pela OSC à PREFEITURA da seguinte forma:

8.1.1. Prestação de contas mensal: deverá ser efetuada 30 dias após o recebimento do repasse, devendo a OSC apresentar Demonstrativo mês a mês da correta aplicação dos recursos financeiros, acompanhado da **CND (Certidão Negativa de Débito)** e **CRF (Certificado de Regularidade do FGTS)**, bem como, do Relatório Circunstaciado das Atividades Desenvolvidas no período e da Relação Nominal dos Atendidos.

8.1.2 Prestação de contas quadrimestral, nos termos da instrução 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com a apresentação de relatório conforme modelo do Anexo RP-10, acompanhado da apresentação de relatório sobre a execução da parceria, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados quantitativos e qualitativos alcançados (Artigo 167, XIII e XIV).

8.1.3. Prestação de contas anual, nos termos da instrução 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e legislação local, até 31 (trinta e um) de janeiro do exercício subsequente dos recursos repassados no exercício anterior, que deverá conter todos os documentos relacionados.



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

8.2. Na gestão financeira, a OSC poderá pagar despesa em data posterior ao término da execução do termo de colaboração, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência.

Cláusula Nona – Da Restituição

A OSC obriga-se a restituir no prazo de 30 dias os valores transferidos pela PREFEITURA por conta do presente termo, sem prejuízo das sanções civis, criminais e administrativas previstas em lei, nas seguintes hipóteses:

- Conclusão do objeto da parceria;
- Inexecução do objeto do ajuste;
- Falta de apresentação do relatório de execução físico-financeira e prestação de contas, no prazo exigido;
- Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.
- Em caso de descumprimento de meta sem justificativa suficiente ou de indício de irregularidade, por decisão do administrador público.

Cláusula Décima – Dos Bens Remanescentes

A OSC fica obrigada a devolver à Prefeitura ou doar a outra ENTIDADE bens remanescentes eventualmente adquiridos com recursos da parceria, a critério do Administrador Público.

Cláusula Décima Primeira – Da Rescisão e da Denúncia

A presente parceria será rescindida, por descumprimento de suas Cláusulas, ou denunciado por qualquer das partes, pela perda do interesse público no seu prosseguimento mediante notificação prévia de 60 (sessenta) dias, respondendo cada participante, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas, até a data do rompimento do acordo.

Cláusula Décima Segunda – Das Alterações

O presente termo poderá ser aditado, por interesse público, expressa e devidamente justificado, nos casos de acréscimo ou redução do número de atendidos, bem como naquilo que tange à cláusula 2, item 2.1, se necessário, o seu valor, mediante proposta justificada e autorização da PREFEITURA.

Cláusula Décima Terceira – Da Publicação

A Prefeitura providenciará a publicação do extrato da presente parceria, no Diário Oficial do Município, em conformidade com o artigo 38 da Lei 13.019/2014.

Cláusula Décima Quarta – Conhecimento do Decreto

Aplica-se como regras subsidiárias ao presente termo de colaboração/fomento as demais regras dispostas no Decreto Municipal 48, de 30 de janeiro de 2017 relativas à execução, monitoramento, prestação de contas e sanções, que a OSC declara conhecimento integral.

Cláusula Décima Quinta – Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Preto, para dirimir dúvidas e conflitos decorrentes da execução da parceria, e fica estabelecida a obrigatoriedade prévia de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico da administração pública municipal.



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram e abaixo assinam, bem como o Termo de Ciência e Notificação em 02 (duas) vias de igual teor, que passa a fazer parte integrante do presente Termo.

Cláusula Décima Sexta – Disposições Gerais

A administração pública poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

Ribeirão Preto, 13 de julho de 2021.

Renata Corrêa Gregolfo
Secretaria Municipal da Assistência Social

Silvia Helena Sartorato Balbino de Souza
Silvia Helena Sartorato Balbino de Souza
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Giselle Cristina da Costa
Giselle Cristina da Costa
Gestora da Parceria - CPF nº 264.659.708-80

Leonel Xavier de Souza
Leonel Xavier de Souza
Associação Lar Espírita Casa de Caridade Padre Cicero

Anna Paula Roque dos Santos
Anna Paula Roque dos Santos
Departamento de Administração Geral

Simone Mondi Garbelini
Simone Mondi Garbelini
Departamento de Administração Geral



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Estado de São Paulo
Secretaria da Administração

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

Órgão Público: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

Organização da Sociedade Civil Parceira: Associação Lar Espírita Casa de Caridade Padre Cícero
Termo nº 83/2021 – Colaboração – Processo Digital nº 2021/110904

Objeto: atendimento a ações com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social no regime de apoio socioeducativo em meio aberto, na política pública de assistência social em proteção socioassistencial básica por meio de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – SCFV – Oficina de Convivência e Aprendizagem

Valor repassado: R\$ 53.000,00

Exercício: 2021/2022

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concedor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s).

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Ribeirão Preto, 13 de julho de 2021.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: Antônio Duarte Nogueira Junior.

Cargo: Prefeito

CPF: 048.048.818-59

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: Leonel Xavier de Souza

Cargo: Presidente.

CPF: 178.290.438-76.



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Estado de São Paulo
Secretaria da Administração

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: Renata Corrêa Gregolfo.
Cargo: Secretária Municipal de Assistência Social.
CPF: 164.051.328-03.

Assinatura: _____

Nome: Sílvia Helena Sartorato Balbino de Souza
Cargo: Presidente CMDCA/RP
CPF: 074.585.998-47

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:

PELA ENTIDADE PARCEIRA:

Nome: Leonel Xavier de Souza
Cargo: Presidente.
CPF: 178.290.438-76.

Assinatura: _____

Prazo: 12 meses no período de 15/07/2021 a 14/07/2022.
Recursos: Através da dotação orçamentária municipal nº 02.10.43.08.243.10106.20016.03.500.0091.335039.

EXTRATO
TERMO N° 76/2021 - COLABORAÇÃO
PROCESSO DIGITAL N° 2021/110814

Órgão Público Parceiro: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.
OSC Parceira: Grupo de Apoio à Criança com Câncer.
Valor Total Repassado: R\$ 119.957,09.
Objeto: Ofertar hospedagem/moradia provisória para crianças, adolescentes e seus familiares - Projeto Apoio Integral e Atendimento Multiprofissional.
Prazo: 12 meses no período de 15/07/2021 a 14/07/2022.
Recursos: Através da dotação orçamentária municipal nº 02.10.43.08.243.10106.20016.03.500.0091.335039.

EXTRATO
TERMO N° 77/2021 - COLABORAÇÃO
PROCESSO DIGITAL N° 2021/109944

Órgão Público Parceiro: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.
OSC Parceira: CAEERP - Centro de Atividades Educacionais Especializadas de Ribeirão Preto.
Valor Total Repassado: R\$ 4.871,48.
Objeto: Desenvolver ações específicas e especializadas em rede, e com capacidade de articulação comunitária e/ou assessoria a crianças e/ou adolescentes com deficiência e sua família - Programa de Ação Atendimento Educacional Especializado para Pessoas com Necessidades Especiais.
Prazo: 12 meses no período de 15/07/2021 a 14/07/2022.
Recursos: Através da dotação orçamentária municipal nº 02.10.43.08.243.10106.20016.03.500.0091.335039.

EXTRATO
TERMO N° 78/2021 - COLABORAÇÃO
PROCESSO DIGITAL N° 2021/111173

Órgão Público Parceiro: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.
OSC Parceira: Organização Cidadania Ativa.
Valor Total Repassado: R\$ 74.944,48.
Objeto: Atendimento a ações com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social no regime de apoio socioeducativo em meio aberto, na política pública de assistência social em proteção socioassistencial básica por meio de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV - Projeto Cidadão Mirim.
Prazo: 12 meses de 15/07/2021 a 14/07/2022.
Recursos: Através da dotação orçamentária municipal nº 02.10.43.08.243.10106.20016.03.500.0091.335039.

EXTRATO
TERMO N° 80/2021 - COLABORAÇÃO
PROCESSO DIGITAL N° 2021/110910

Órgão Público Parceiro: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.
OSC Parceira: CARIB - Centro de Acolhimento de Ribeirão Preto.
Valor Total Repassado: R\$ 91.620,65.
Objeto: Atendimento a ações com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social no regime de apoio socioeducativo em meio aberto, na política pública de assistência social em proteção socioassistencial básica por meio de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV - Brincadeira é Coisa Séria.
Prazo: 12 meses de 15/07/2021 a 14/07/2022.
Recursos: Através da dotação orçamentária municipal nº 02.10.43.08.243.10106.20016.03.500.0091.335039.

EXTRATO
TERMO N° 81/2021 - COLABORAÇÃO
PROCESSO DIGITAL N° 2021/111235

Órgão Público Parceiro: Prefeitura Municipal de Ribeirão

Preto.
OSC Parceira: Cantinho do Céu Hospital de Retaguarda.
Valor Total Repassado: R\$ 244.813,20.
Objeto: Desenvolver ações específicas e especializadas em rede, e com capacidade de articulação comunitária e/ou assessoria a crianças e/ou adolescentes com deficiência e sua família - Acolhimento Institucional.
Prazo: 12 meses de 15/07/2021 a 14/07/2022.
Recursos: Através da dotação orçamentária municipal nº 02.10.43.08.243.10106.20016.03.500.0091.335039.

EXTRATO
TERMO N° 82/2021 - COLABORAÇÃO
PROCESSO DIGITAL N° 2021/110976

Órgão Público Parceiro: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.
OSC Parceira: "ABRACCIA - Associação Brasileira de Combate ao Câncer Infantil e Adulto".
Valor Total Repassado: R\$ 14.442,30.
Objeto: Ofertar hospedagem/moradia provisória para crianças, adolescentes e seus familiares - Projeto Apoio Integral e Atendimento Multiprofissional - Projeto Criança e Adolescente e a Realidade do Câncer: Atenção integral à criança e adolescente com câncer.
Prazo: 12 meses de 15/07/2021 a 14/07/2022.
Recursos: Através da dotação orçamentária municipal nº 02.10.43.08.243.10106.20016.03.500.0091.335039.

EXTRATO
TERMO N° 83/2021 COLABORAÇÃO
PROCESSO DIGITAL N° 2021/110904

Órgão Público Parceiro: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.
OSC Parceira: Associação Lar Espírita Casa de Caridade Padre Cícero.
Valor Total Repassado: R\$ 53.000,00.

Objeto: Atendimento a ações com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social no regime de apoio socioeducativo em meio aberto, na política pública de assistência social em proteção socioassistencial básica por meio de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV - Oficina de Convivência e Aprendizagem.

Prazo: 12 meses de 15/07/2021 a 14/07/2022.
Recursos: Através da dotação orçamentária municipal nº 02.10.43.08.243.10106.20016.03.500.0091.335039.

EXTRATO
TERMO N° 84/2021 - FOMENTO
PROCESSO DIGITAL N° 2021/110914

Órgão Público Parceiro: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.
OSC Parceira: Associação para o Desenvolvimento Sócio Cultural MAORI de Ribeirão Preto.
Valor Total Repassado: R\$ 46.373,30.
Objeto: Ofertar atendimento a ações de apoio socioeducativo em meio aberto de ARTE E CULTURA - Projeto Adote um Músico - Música é Vida.
Prazo: 12 meses de 15/07/2021 a 14/07/2022.
Recursos - Através da dotação orçamentária municipal nº 02.10.43.08.243.10106.20016.03.500.0091.335039.

DAIANE ERRERA DA SILVA
Diretora do Departamento da Administração Geral
UE 02.06.20

COMUNICADO
Pregão Eletrônico nº 0145/2021
Processo nº 102359/2021

Objeto: Registro de preços para aquisição de lençol descartável, conforme Edital e seus anexos, para Secretaria Municipal da Saúde.
Jhonatan Josmar de Oliveira, Pregoeiro, torna público e para conhecimento de quem possa interessar, que a licitação acli-